

A relação família-escola: fronteiras e possibilidades

Family-school relationship: limitations and possibilities

Fátima Maria Leite Cruz¹
Maria de Fátima de Souza Santos²

Resumo

O artigo aborda a problemática da relação família-escola na contemporaneidade, analisando os vários fatores de ambigüidade e de fragilidade segundo a perspectiva psicossocial, que serviu de ancoragem teórico-metodológica às pesquisas que embasaram as investigações e proposições lançadas. É apresentado o cenário social das mudanças que alicerçam a relação, tanto na ordem econômica quanto nos valores que a circundam; faz-se uma retrospectiva histórica das duas instituições educativas; e em seguida, uma abordagem sobre alguns dos principais aspectos que provocam impasses e limites na relação, assim como são lançadas possibilidades de superação.

Palavras-chave: Escola. Família. Interação.

Abstract

This study focuses on the current problem faced in the family-school relationship. Various factors related to ambiguity and to fragilities were analyzed from the psychosocial perspective in which the research was in theory and in method established, and on which the investigations and the proposals were based. The economical changes and the changes on the basic values of the very elementary relationship are presented inserted into a social scenario. A historical background from the two educational institutions is presented, followed by a projection about some of the most important aspects which introduce issues and limitations into the relationship, and make motivational proposals.

Keywords: School. Family. Interaction.

-
- 1 Psicóloga, Doutora em Educação, Profa. Adjunto da UFPE, Centro de Educação, Professora do Mestrado em Psicologia, Pesquisadora do LABINT- Laboratório de Interação Humana - UFPE. Endereço profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife-PE, Brasil. CEP: 50670-901. Fone PABX: (81) 2126.8000 / Fax: (81) 2126.8029. E-Mail: <fatimacruz@yahoo.com> <fatima.cruz@ufpe.br>.
 - 2 Psicóloga, Doutora em Psicologia, Profa. Adjunto da UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Professora do Mestrado em Psicologia, Pesquisadora do LABINT- Laboratório de Interação Humana - UFPE. Endereço profissional: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife-PE, Brasil, CEP: 50670-901. Fone PABX: (81) 2126.8000 / Fax: (81) 2126.8029. E-Mail: <mfs@uol.com.br>

Introdução

Diante do cenário de fragilidades na realidade social em geral e da problemática educacional em particular, surgem justificativas as mais diversas para a situação considerada de crise da educação escolar. Segundo os professores, essas explicações são recorrentemente ancoradas na atribuição de culpas aos pais, vistos como responsáveis pelas dificuldades que atingem a escola, os professores e a aprendizagem/não aprendizagem escolar e social de crianças e jovens. Especialmente no âmbito da educação escolar, os pais tornaram-se protagonistas de um repertório que se transformou em um “jargão pedagógico”, quando os professores explicam a crise educacional: “a família é distante da escola e da vida escolar de seus filhos”, “a família “não impõe limites aos filhos”, “os pais são ausentes e não participam do acompanhamento das aprendizagens”, “os pais não ligam os filhos e jogam a responsabilidade educativa para a escola e para os professores”.

Ou seja, no senso comum e nas práticas comunicativas no universo escolar, parece que já foi naturalizado o sentido de que há uma debilidade da família atual no acompanhamento aos filhos que repercute no seu envolvimento com a escola e de modo geral na vida pessoal das novas gerações. Nesse sentido, a negatividade que é atribuída à família provocaria impactos no desenvolvimento do aluno, o que acarretaria por sua vez, outras repercussões nas dimensões cognitiva e socioafetiva e, em decorrência do encaminhamento destas, o resultado de sucesso/fracasso escolar.

A despeito de toda essa teoria, que é apresentada como inquestionável, sobretudo diante dos múltiplos exemplos do cotidiano que os professores apresentam e a reforçam, a nossa proposição aqui é de buscar alguns outros ângulos de análise para essa tão complexa situação que envolve a relação família-escola. Na contramão do pensamento predominante, analisaremos alguns dos impactos na vida familiar que decorrem da sua relação com a escola e, com tal proposição, abrir o debate para outras questões que precisam ser discutidas. Isso quer dizer que entendemos a interface, implícita ou explícita, que se instala nessa delicada relação, no entanto, vemos que enquanto situação relacional não pode ser analisada de modo unilateral, pois é permeada de incertezas, contradições e ambigüidades de ambas as partes.

Nessa perspectiva, percorreremos algumas linhas de reflexão que permeiam os dois segmentos – a família e a escola –, iniciando com o foco na conjuntura social, avançaremos com uma breve retrospectiva da organização histórica da família, entrando, em seguida, na dinâmica atual da família e da escola em seus diferentes papéis, limites e atribuições. E, por fim, buscaremos analisar os meandros presentes entre pais e escola, na tentativa de delinear as fronteiras e possibilidades dessa relação, considerando que “[...] de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família.” (PERRENOUD, 1987, p. 7).

Os impasses da contextualização econômica e da conjuntura sociopolítica na educação escolar e na organização familiar

O primeiro norte nas reflexões aqui discutidas é a compreensão da realidade enquanto dinâmica e socialmente construída, como tudo que é social, relacionada aos processos de transformação política, econômica e social. Portanto, qualquer movimento que procure desvelar a relação entre pais e escola remete-nos, necessariamente, à análise do cenário conjuntural e dos conflitos que nele coexistem, posto que, nem a família e nem a escola são estáticas, não existem e/ou se constituem um campo de neutralidade. Ambas são instituições contextualizadas a um tempo histórico (NEDER, 2002), lotadas em uma geopolítica específica, permeadas por tensões e interesses e interessadas os mais diversos

No âmbito de uma leitura psicossociológica da realidade, este recorte respaldamos na análise de que o comportamento humano, por conseguinte, é também função do contexto social, porque somos seres da cultura, partilhamos a vida no coletivo, no entrelace da objetividade/subjetividade. Na sociedade brasileira, a construção interativa dos pais com a escola emerge em um projeto de sociedade de classes, de base capitalista, cuja ordem econômica é perversa em sua constituição, por ser uma herança que os países de capitalismo periférico receberam de seus colonizadores progressos e também dos neocolonizadores contemporâneos, nestes tempos da globalização.

Como repercussões dessa economia em um país de desenvolvimento tardio, o panorama social que encontramos no Brasil, hoje, é o de um cenário com profundas desigualdades, demarcadas pela categorização dos lugares sociais, expressos por meio do estímulo ao individualismo, à competitividade e à pauperização de grande maioria da população. Ao mesmo tempo, o cenário é de desenvolvimento, no qual ocorrem avanços tecnológicos que deflagram uma verdadeira “guerra”, com vistas à inserção no mundo do trabalho a qualquer preço.

Por sua vez, as relações sociais expressam em seus valores as bases fragmentadas dessa sociedade, e que na contemporaneidade se tornaram o alicerce de construção da exclusão social, sobretudo pelas exigências da velocidade das mudanças e das demandas requeridas pela transnacionalização da economia, em sua lógica mercantil.

Nessa realidade, não há lugar para todos e conquistá-lo leva aos embates de uma seletividade precoce, na qual o direito social é entendido como uma miragem, ampliada diante da perda progressiva de participação social e da ditadura do consumismo, que, sorrateiramente, corrói as instituições, as pessoas, e destrói importantes conceitos éticos e morais. Tal mapa social tem levado à ruptura do pacto social que originário e simbolicamente levava o sujeito a adiar o prazer imediato, em nome de uma promessa de futuro e da fruição de prazeres no futuro, através da sua entrada no mundo do trabalho.

Nessa configuração social plural e polissêmica, as mudanças vão desde o desemprego estrutural ao distanciamento do prazer no cotidiano, a convivência com a violência que assusta à conquista da liberdade de ser e estar no mundo. Mesmo considerando que essa dinâmica é muito mais ampliada do que uma breve retrospectiva, encontramos nessa relação família-escola, algumas demarcas temporais. Vejamos um pouco da história dessas duas instituições.

A instituição família na contextualização da sociedade em mudança: evoluções e revoluções.

Em relação à família, são inúmeros também os impactos desse movimento mais amplo da sociedade e que repercute nos pais, nos filhos, e em todo o universo simbólico que os circunda. Com mais vantagens, a família ainda é mais valorizada, porque revestida de importância para a vida psíquica e social, embora não mais apresente a “aura sagrada”, que a consolidou como uma das mais clássicas instituições. A primeira ruptura importante para a compreensão é a idéia de que a família é universal e atemporal. Enquanto instituição social, a família conjugal moderna integra uma evolução que foi constituída a partir de várias mudanças nos seus vínculos e no seu estatuto formal.

Anteriormente ao século XVI, não havia a idéia de família enquanto constelação de vínculos por laços consangüíneos, e só a partir de então é que se começou a ser construída a idéia do amor cortês, com a mulher assumindo o lugar de companheira na vida e no trabalho dos homens. Mais tarde, já no século XVII, a intimidade da vida familiar foi realçada e retratada simbolicamente em torno de uma mesa, ocasião em que houve a inserção definitiva da criança a este universo, e com ela o sentimento da infância e da família fortemente impregnados dos valores da religião (ARIÈS, 1981). No século XVIII, na divisão da sociedade em classes, o patrimônio e a reputação eram os divisores de água entre as pessoas, até o início do mundo privado da família, que surgiu com a função de defesa, moralidade, uniformidade, e identidade dos grupos.

Por muito tempo, então, a família passou a ser vista como a base das relações sociais, cuja natureza social e cultural respondia por alianças, trocas, reciprocidade, sentido de pertença e tais atributos, ligariam os mortos e vivos, preservando a continuidade da espécie humana. Esse sentido de pertença é que garantiria também a transmissão de bens e dos nomes, inspirados no sentimento e no culto ao núcleo principal, semelhantes ao que foram atribuídos à família sagrada. Tal associação levou a organização familiar a se estruturar no entorno da criança, tendo sido as mudanças incessantes, transformando as suas relações internas, ocorrendo o

aprendizado social da criança na convivência com os mais velhos, numa transmissão interativa e direta de geração a geração (ARIÈS, 1981).

Só no século XIX é que o sentido mais afetivo-sentimental em relação à família foi sendo consolidado, semelhante à representação da família burguesa idealizada hoje e simultaneamente foi definido que cabia à família o papel estruturador do sentido de autoridade e a indicação dos papéis e funções sociais que rigidamente eram apresentados aos filhos. Só no fim da Idade Média, diante da necessidade de garantir o rigor moral, considerado em crise pelos avanços da sociedade, é que a escola passou a ser incorporada como a instituição responsável pela educação das novas gerações. Buscava-se, naquele momento, a garantia de isolamento da juventude do mundo dos adultos e, então, a díade - escola e família- foi estruturada como repercussão desse sentimento de infância, acrescido da preocupação dos pais com a educação dos filhos, sobretudo com a disciplina que pretendiam que lhes fosse garantida nas escolas.

A instituição escola na contextualização da sociedade em mudança

Para compreender o que acontece na relação entre os pais e a escola, tem-se que compreender a quebra de ritos e das crenças no futuro, que houve para todos. Se antes a educação escolar significava a disciplina para a vida e a preparação para o futuro, hoje não se tem mais certeza sobre o futuro, assiste-se ao jogo de banalização da vida, com a emergência de novos ícones da mídia, em tempo virtual, o que transforma a sociedade em um espetáculo, e a disciplina é secundarizada, visto ser somente valorizado o que é sinônimo de *glamourização e status*. Essa situação, embora as aparências sejam sedutoras, não consegue disfarçar o sentimento de desamparo circulante, e que se expressa na fragilidade das instituições, nas figuras de autoridade que não mais são legitimadas, nos desdobramentos e nas artimanhas da exclusão no cotidiano (JODELET, 2004), presentes nas relações sociais e nos modos de subjetivação.

Os indicadores de inclusão/exclusão trazem em seu bojo a desvalorização da memória da humanidade e impregnam a vida de um sentido de provisoriade e de impermanência que levam, por sua vez, ao esgarçamento das expectativas positivas e à ausência de utopias que sustentariam os projetos de vida. Por um lado, neste novo repertório de sentidos, a educação é vista como pedra-de-toque do desenvolvimento e foco de centralidade, porque tem interferências nos destinos da sociedade e das empresas. Por outro lado, é disseminado o ideário de desvalorização da escola em geral e dos professores, em particular, destituindo-se a primeira e alijando os segundos de seu espaço, de sua formação e atuação, de sua postura enquanto alicerces da cultura.

Nesta contextualização contraditória, alija-se também a responsabilidade histórica que desfrutavam os docentes ao favorecer a passagem do mundo privado para o mundo público. Essa transição não é tão simples, considerando que a escola, enquanto uma instituição social, é resistente às mudanças, mas, ao mesmo tempo é vista com conservadora, se pereniza devido à sua forte capacidade de adaptação e superação, o que revela assim, a sua simultânea flexibilidade e abertura à diversidade e ao novo. Para efetivar tal transição, os desafios são imensos, porque nesse momento de convulsão social, a escola não pode ser anacrônica, nem nostálgica, pois precisa ecoar como um princípio de organização da vida coletiva, a despeito dos contrários que convivem em seu interior.

Então, embora haja essa crise de valorização/desvalorização, a importância da escola é preservada (LINS; SANTIAGO, 2003), quando se considera que a escolarização atualiza o aprendizado da divisão e a escola, como um dos espaços institucionais de socialização e de convivência coletiva, permitem o exercício do respeito às diferenças e à construção de práticas interativas, que garantem a humanização.

Por exemplo, na década de 70, com o início da universalização da educação escolar, como uma resposta dos governos militares aos apelos da sociedade por educação para todos, houve por parte da escola um movimento de convidar os pais para participar da vida escolar, instituindo o sentido de parceria, estruturado na delegação de atribuição, aos pais, ao cumprimento das aprendizagens escolares dos filhos. Essa estratégia, de certa forma, camuflaria nos sistemas públicos a baixa da qualidade que aí se iniciava, diante da massificação do acesso à educação escolar e à falta de condições de trabalho, que não foram garantidas, bem como do distanciamento do ideário de aluno idealizado pelos professores, e da realidade sociocultural das camadas em desvantagem social, que passaram a freqüentar os bancos escolares.

Paulatinamente, houve a construção social do fracasso da escola, que deu início à entrada do terceiro elemento na relação nos dois contextos de escola, público e privado, com a figura dos especialistas, que passaram a ser solicitados para intervir nas dificuldades que a família, a escola e os professores não conseguiam ou não sabiam lidar na nova configuração do alunado das escolas públicas, e a diversidade que apresentava e se confrontava ao modelo único, burguês e conservador, de ser e agir no mundo, apresentado pela escola. Os encaminhamentos dos alunos aos especialistas tornaram-se sistematizados e, neste percurso, juntamente com a desvalorização econômica e social da docência e dos docentes, os pais foram também se transformando e assumindo um tom de animosidade, desconfiança e distanciamento.

Nos anos 80, a crise, de antagonismo dos filhos/alunos às figuras de autoridade, foi intensificada. As normas instituídas pelas escolas passaram a não mais contar com o respaldo da família de outrora, pois, naquele momento foram estruturados novos arranjos familiares e a adoção de parâmetros distanciados dos modelos anteriores, que a escola e os professores defendiam, levou-os também ao estranhamento em

relação a estes novos pais. A partir dos discursos dos professores, a disciplina e a aprendizagem tornaram-se papéis da família, posto que seria a sua nova configuração que não mais permitia aos professores realizar, com eficiência, o seu papel.

Na década de 1990, o diagnóstico de “família desestruturada” foi massificado e, de modo generalizado, a família foi responsabilizada pelo fracasso escolar, seja no âmbito da aprendizagem formal, seja na aquisição de regras básicas da convivência humana que, segundo os professores, crianças e jovens deixaram de apresentar. Os embates são velados ou explícitos, intramuros escolares, ou nos sistemas de informação mundial, se fortalecem diante das incertezas de ambas as instituições, que se acusam mutuamente, desconsiderando o movimento e a dinâmica de diferentes fatores que estão na base dessas mudanças.

A sociedade contemporânea e suas repercussões nas instituições família e escola.

No século XX, com as grandes mudanças sociais, diante da provisoriade e da velocidade das verdades e das transformações diárias do mundo, mudou também a questão de gênero, com a entrada da mulher no mundo do trabalho formal, e instalaram-se no conjunto da sociedade relações sociais com um sentido misto de instabilidade, insegurança e incertezas. Começou a ser demarcada, então, a crise de paradigmas, de valores e de referências estáveis. Ao mesmo tempo, experimentava-se, ainda, o gozo da liberdade que estas mudanças trouxeram, e com ele uma multiplicidade de referências em várias dimensões instalando desconforto e insegurança para o conjunto das instituições, enquanto coletivo social.

Cada vez mais precocemente, tem-se um conjunto de fatores que provoca alterações na relação entre os pais e a escola, tais como: o treinamento para o mundo do trabalho com a educação, agora vista como a tábua de salvação para a inserção social. Percebe-se, assim, que há uma fragilidade dos vínculos entre as duas instituições e o tom de crise passou a permear todos os espaços e relações, seja pela mudança, seja pela permanência de padrões sociais e culturais.

No interior das famílias, por sua vez, a realidade é a estruturação de pequenas famílias, constituída por mulheres sozinhas, cerca de 26%, que se tornaram financeiramente independentes, e que são “cabeça de família” (LORDELLA et al., 2002); convive-se com a naturalização da situação do divórcio, como estratégia preferencial na resolução de conflitos conjugais; há um crescente movimento de condição de igualdade entre os sexos; ocorreram avanços na legislação relativa à união estável; os filhos e a casa não são mais centrais na vida da mulher urbana; o planejamento familiar é mais disseminado (TRINDADE, 2004); o número

reduzido de filhos traz o foco do relacionamento da família para o casal; há uma nova realidade da família agregada (SARTI, 2003), entre outros fatores.

Considerando toda a conjuntura social apresentada e as histórias construídas das duas instituições, afirmam que no plano microssocial ocorreu também um *upgrade* da família. As mudanças que adentraram aos lares e as relações não vieram isoladas. De fato, houve uma fratura das instituições em seus modelos tradicionais formais, produzindo profundas dificuldades, mas também criando diante do novo a pulverização dos núcleos familiares e, com estes, o esvaziamento da tradição, aliada à ausência de projetos de vida e de futuro.

A escola, a educação escolar, a família contemporânea e o aprendizado da cultura e da humanização: limites e possibilidades.

No lado da escola, a sua importância é ressignificada de modo ambíguo. De uma parte, vemos que há a desqualificação da formação de seus profissionais e a descrença em sua organização, diante do ranqueamento da cultura avaliativa e, de outra parte, percebe-se que há o fortalecimento de suas possibilidades, na consolidação da alteridade e no caminho da regulação social, ao ser rerepresentada como lócus de exercício da castração simbólica, configurando-se enquanto instituição emblemática da humanização. Isso quer dizer que, embora haja desvalorização por alguns, o conjunto da sociedade admite que a escola é: lugar de cuidar das novas gerações; instância de garantia das aprendizagens; espaço de controle da juventude, oferecendo-lhe promessas de adiamento do prazer, em nome da preparação para o futuro.

Mesmo com este universo de possibilidades, por parte dos estudantes há um questionamento recorrente: nessa sociedade, qual é mesmo o futuro? Por sua vez, os professores interrogam-se: diante de tantas mudanças, como garantir o que não se sabe?

Nesta ambivalência, tanto do ponto existencial, quanto acadêmico, por uma parte a escola é vista como o passaporte simbólico que levaria à ocupação dos escassos lugares sociais e, por outra, é fragilizada diante das incertezas que explicita, dos ensaios pedagógicos que ousa efetivar e, ainda, por não ser muitas vezes autorizada pela educação familiar a fazer a inscrição da criança e do jovem no discurso social, que exige ordem e lei. Muito mais do que a relação educação-trabalho e a garantia do conhecimento, que favorece a inserção no mundo do trabalho, a escola é entendida pelos educadores, como o espaço em que a criança tem acesso à organização e ao desenvolvimento de marcas; se apropria da cultura; aprende a lidar com a sexualidade e objetiva a falta que lhe assegura a convivência interpessoal saudável.

A despeito de todas essas mudanças que revolucionam as relações das famílias contemporâneas, há o reconhecimento dos impactos da realidade, segundo a perspectiva da família, começando pelo fato de que o vínculo com a escola é estendido, por várias décadas, a partir do fim da licença maternidade. Muitas vezes, a escola é a sustentação de toda uma vida, pois é a referência mais permanente no meio da turbulência do mundo atual.

Na ótica psicossocial, afirmamos que as pessoas se fragilizam quando se tornam pais, mais ainda com a entrada das crianças na escola, exatamente porque elas expõem a intimidade dos pais no espaço público. Na escola, a intimidade da vida privada é posta à mostra pelos filhos, sem pudores, e os pais muitas vezes, são rapidamente julgados por alguns contextos de escola e pelos professores, havendo, então, a indisposição instantânea e gratuita, posto que muitas vezes o que é trazido à tona é um problema ou um funcionamento familiar e que não caberia vir ao espaço público.

Neste sentido, embora a escola não se reconheça nesse lugar, de fato, há uma relação de poder da escola sobre a família e os pais se tornam submissos, a gosto ou a contragosto, e muitas vezes assistem ao julgamento da sua intimidade doméstica na clássica pergunta do diálogo com a escola que questiona de modo unilateral: “seu filho(a) tem algum problema em casa?”. É usual a escola tratar a família, como um ente coletivo, desconsiderando sua singularidade, seu movimento, os diferentes jeitos de ser e de funcionar. Muitas vezes, os pais começam a ser vistos pelos rótulos que lhes são atribuídos, semelhantes aos que são atribuídos aos filhos/alunos: *participativos, ausentes, displicentes, largados, desestruturados...*

Nas instituições públicas, em todos os níveis de escolarização, os alunos são representados como “carentes”, por isso são considerados incapazes ou desmotivados, o que lhes naturaliza a situação de fracasso, já predeterminado na sociedade. Além disso, muitos educadores vêem que os pais de alunos da escola pública são pobres, com pouca ou nenhuma escolarização, culturalmente diferentes da cultura predominante economicamente, e estes dados geram também o descrédito atribuído aos alunos.

Para fortalecer os argumentos da desvantagem da família para se adequar à escola, lembraremos alguns dos aspectos em que a família se encontra, independente do contexto de escola, se público ou privado: a) O tempo da família é absolutamente condicionado pela escola: a hora de dormir, a hora de tomar café, almoçar e jantar, a hora de saída dos pais do trabalho; b) a definição do local da moradia muitas vezes é selecionada em função da escola, e da qualidade das escolas; c) a economia doméstica e o elenco de prioridade dos itens do orçamento dependem, em muitos lares, da compra da farda, dos livros, do lanche, das taxas dos passeios, do pagamento da anuidade escolar; d) o uso do tempo livre para o lazer, diante das obrigações com as tarefas de casa, bem como a escolha dos programas culturais, e a marcação do período de férias, entre outros.

Todo esse investimento é justificado, porque os pais parecem dar importância aos significados sociais da aprendizagem escolar, bem como sabem da canalização da agressividade para produções positivas, tais como a sublimação pela arte, para as práticas esportivas que a escola oferece e, além disso, a validação do trabalho, começando pelo trabalho escolar, visto como a garantia da preparação para que tenham futuro. Na recente atribuição da qualidade como um atributo exclusivo da educação escolar privada, vemos que mesmo os pais mais pobres acreditam que vale todo o sacrifício de pagar os custos de uma escola particular, por esta ser representada como garantia de que o(a) filho(a) terá futuro.

Tal postura revela-nos, de uma forma óbvia, mesmo que pouco compreendida, que não é por acaso que os pais transformaram a escola em uma rede de serviços que são cobrados. Ou seja, um dos motivos dessa guerra é que os pais sabem da seletividade social e querem uma escola que atenda as suas metas: garantir sucesso para os filhos, seja na continuidade de estudos, seja na conquista de um trabalho. Quando elencamos essa situação, não queremos culpar a escola, muito pelo contrário, mas acreditamos que lhe cabe tomar a liderança para que a colaboração entre família e escola possa se estabelecer.

Considerações finais

Nessa difícil relação família e escola, de uma parte, os pais sinalizam que se sentem frágeis e precisam de mediação para se relacionar com os filhos, principalmente diante do esvaziamento da cultura, da memória e da tradição, e a decorrente ampliação dos riscos sociais, tais como: a ameaça do uso de drogas, os medos com o desemprego, a preparação para o vestibular e a escolha profissional, os receios diante da liberdade sexual e das distintas orientações da sexualidade, os gostos variados dos guetos e das gangues, a preocupação com os valores pela escassez do tempo de convivência familiar face ao domínio das mídias, entre outros.

Com tantas incertezas e temores, como a participação dos pais na escola pode ser obrigatória? Acreditamos que além das questões de ordem socioafetiva, outras, de ordem econômica, precisam ser consideradas, tais como: a falta de recursos dos pais, a falta de meios de transporte e locomoção, a falta de creches e berçários para deixar os filhos enquanto se envolvem com a escola, a impossibilidade de sair do trabalho para atender aos chamados da escola que, muitas vezes, desconsidera os tempos e a disponibilidade da dinâmica familiar; ou ainda, o analfabetismo, a baixa escolarização que tende a inibir muitos pais de tomar a iniciativa de se envolver na vida escolar de seus filhos ou a superqualificação de outros pais que desmerecem os profissionais que se dedicam à fase inicial da formação humana. Por outro lado,

muitas vezes os pais são chamados à escola apenas para ouvir as reclamações ou o que está errado, raramente o que está bem, ou mais raramente são chamados para dar sugestões. Não parece haver de fato um movimento de busca de parceria.

No sentido propositivo de colaboração com os pais, pensamos que a escola é legitimamente responsável por desconstruir essas fronteiras. Primeiro, porque está mais capacitada em sua função social e, segundo, porque historicamente preserva as diferenças sociais e cabe-lhe caminhar adiante de seu tempo. Nesta afirmação, estamos também anunciando uma posição de que a efetivação desse relacionamento com as famílias requer formação continuada e qualificada de seus profissionais. Tal necessidade é explicada, porque, muitas vezes, a estereotipia que aligeira os relacionamentos na sociedade contemporânea chega também à escola e aos professores, que são trabalhadores de três turnos, em sua grande maioria. Estes se mostram míopes ao analisar toda essa discussão, focando unilateralmente uma parte da situação. Para reverter esse impasse, os professores necessitam do tempo pedagógico na própria escola que lhes permita enxergar essa complexidade e, então, possam coletivamente encontrarem pistas da interlocução, reflexão, diálogo, personalização, interação, e a tomada de decisão nos encaminhamentos necessários.

Uma outra questão polêmica a ser considerada nessa relação família-escola é a compreensão mais ampla da relação escola-afetividade. A escola é um lugar de trabalho árduo, embora seja impregnada de afeto que brota na relação interpessoal. Entretanto, não se podem esquecer os seus limites, enquanto relação profissional, o que gera frequentemente ambivalências, com a equivocada inversão: a *pedagogização* da família e a *afetivação* da escola. Ou seja, existem hierarquias que essas instituições carregam em seu bojo, e a indefinição de papéis no desenvolvimento humano no espaço da família e da escola levando a uma situação de litígio e desgaste, pois se confundem afetos e papéis sociais.

Um outro aspecto que não pode ser desconsiderado como limite nessa relação é que muitos pais exercem a sua maternidade/paternidade, como podem, dentro de suas poucas possibilidades e limitações de seres humanos reais. A postura de escuta dos pais requer, portanto, o desenvolvimento da sensibilidade, o que não se aprende apenas com o manto das teorias, mas com a formação pedagógica em sentido ampliado. Ou seja, uma formação que contemple a dimensão técnica e o desenvolvimento pessoal dos professores, como um requerimento fundamental para quem lida com o humano. Um agravante desse limite na interação família-escola e que se torna uma possibilidade, é a compreensão de que muitos dos pais tiveram experiências educacionais negativas; têm baixa auto-estima, ou mesmo falta de tempo, pelo medo do desemprego, o que exige estratégias diferenciadas de escuta e de diálogo.

Acreditamos que é a formação humanizadora, que pais e professores certamente desejam, que ressignifica o lugar social das escolas e acena como uma possibilidade

para tantos impasses: caberia à escola a superação dos aspectos em que se mostram ultrapassadas, como a resistência à adaptação às dinâmicas sociais atuais e às novas necessidades dos alunos e de suas famílias. E, da parte dos pais, a superação da posição dos que se revestem da autoridade do empregador, posição que não cabe nas relações interpessoais, sobretudo em relação aos formadores de seus filhos. Nesse sentido, ao lado da criatividade e da leitura da realidade, a empatia e a sensibilidade, desenvolvidas no diálogo, parecem-nos bons indicadores para o início ou reinício de construção de novas possibilidades nessa relação.

Referências

- ARIËS, Phillip. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- LINS, Carla; SANTIAGO, Eliete. A escola e a escolarização na representação dos pais de alunos. **Encontro Endipe. Anais...** 2000.
- LORDELO, Eulina da R. Contexto e Desenvolvimento Humano: Quadro Conceitual. In: Lordelo, Eulina e outras (Orgs). **Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento**. Salvador: Casa do Psicólogo/EDUFBA, 2002.
- NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 26-46.
- SARTI, C. A. **A família como espelho**. Um estudo moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

Data de recebimento: 02/09/2008.

Data de aceite: 08/09/2008.